

**PAULO NATHANAEEL
PEREIRA DE SOUZA**



Caminhos e
Descaminhos
da Educação
Brasileira

INTEGRARE
EDITORA

Paulo Nathanael Pereira de Souza



**CAMINHOS E
DESCAMINHOS
DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

INTEGRARE
EDITORA

Copyright © 2011 Paulo Nathanael Pereira de Souza
Copyright © 2011 Integrare Editora e Livraria Ltda.
Todos os direitos reservados, incluindo o de reprodução sob quaisquer meios,
que não pode ser realizada sem autorização por escrito da editora,
exceto em caso de trechos breves citados em resenhas literárias.

Publisher
Maurício Machado

Supervisora editorial
Luciana M. Tiba

Assistente editorial
Deborah Mattos

Produção editorial e acompanhamento
Miró Editorial

Preparação de texto
Márcia Lígia Guidin
Michelle Neris da Silva

Revisão
Ana Cursi
Eugênia Pessotti
Pedro Baraldi

Projeto gráfico de capa e miolo
Alberto Mateus

Diagramação
Crayon Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Paulo Nathanael Pereira de
Caminhos e descaminhos da educação brasileira /
Paulo Nathanael Pereira de Souza. -- São Paulo :
Integrare Editora, 2011.

Bibliografia.
ISBN 978-85-99362-68-6

1. Educação - Brasil - História I. Título.

11-06932

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Educação : História 370.981
2. Educação brasileira : História 370.981

Todos os direitos reservados à INTEGRARE EDITORA E LIVRARIA LTDA.

Rua Tabapuã, 1123, 7º andar, conj. 71/74
CEP 04533-014 - São Paulo - SP - Brasil
Tel. (55) (11) 3562-8590
Visite nosso site: www.integrareeditora.com.br

SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Prefácio, IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	13
Apresentação do autor	17
PARTE I DIAGNÓSTICOS	21
Capítulo 1 A crise: generalidades	23
Capítulo 2 Interfaces da crise	41
1 Política educacional	41
2 Uma opinião valiosa: Anísio Teixeira	46
3 Modelos obsoletos	49
4 Professores: o segredo	55
5 Planejamento educacional	63
6 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDEA)	68
7 Coreia, uma lição proveitosa	72

PARTE II PONTUALIDADES	79
Capítulo 1 Artigos e excertos	81
1 Conceitos de educação	81
2 A pré-escola e as carências infantis.	83
3 O começo de tudo	92
4 Educação e trabalho na atualidade (novas exigências)	94
5 A polêmica Reforma de 1971 (Lei nº 5.692)	97
6 Mais críticas à Reforma de 1971	100
7 Autonomia escolar	104
8 Conceitos de Ensino Superior	105
9 Como entender as Constituições	107
10 Natureza de uma LDB	109
11 Por que Conselhos de Educação?	111
12 Ética e antiética	113
13 A incerta escola do futuro	117
14 Custos.	123
PARTE III TEMAS ATUAIS DE EDUCAÇÃO E GESTÃO	125
Capítulo 1 Universidades corporativas	127
1 Síntese histórica das universidades acadêmicas	127
2 Perplexidades que cercam a universidade contemporânea.	131
3 As universidades corporativas: sua origem e sua natureza	133
4 Universidades: quatro contrastes relevantes	139
Capítulo 2 A falência familiar na arte de educar	141
Capítulo 3 Estágios curriculares	145
1 O que ocorre	145
2 Audiência pública no Senado Federal.	148
3 Análise crítica	152
Capítulo 4 Educação a distância	159
Capítulo 5 Governança corporativa	173
Sobre o autor	183

PREFÁCIO

CONHEÇO PAULO NATHANAEEL HÁ MAIS DE TRÊS DÉCADAS. Educador nato, ocupou em sua brilhante carreira as mais relevantes funções públicas e privadas que um professor poderia ocupar. O livro que prefacio, a seu fidalgo convite, está na linha do que representa este admirável intelectual e seu relevante papel no universo educacional do Brasil.

Dividido em três partes (*Diagnósticos, Pontualidades e Temas Atuais de Educação e Gestão*), oferece notável panorama do País, à luz, naturalmente, de seu enfoque principal, que é o ensino. Trata-se de obra, de um lado, otimista e, de outro, preocupante, por descortinar o muito que ainda teremos que fazer para cumprirmos a irreversível vocação para o desenvolvimento e para o protagonismo a que a nação está destinada no concerto mundial.

Paulo tem esse talento estupendo de abordar os mais profundos assuntos com uma didática clareza, que permite ao leitor compreender

a extensão das questões formuladas e acompanhá-lo nas soluções propostas, muitas ainda a merecer maior reflexão por parte das autoridades encarregadas de gerir o ensino no Brasil.

Como seu confrade das Academias Paulista de Letras, Cristã de Letras, Paulista de História, Paulista de Educação e Paulista de Letras Jurídicas, tenho tido, no curso de minha vida, o privilégio de conviver com o companheiro de ideias, que é um dos espíritos mais argutos entre nós, sempre propondo temas para debate da mais alta relevância.

O livro, portanto, possibilita conhecer a figura hercúlea de Paulo, mormente, levando-se em consideração que se transforma numa espécie de legado para as futuras gerações, de como a educação deve ser meditada e de como são necessários movimentos de pressão, ideias e recursos nessa área. Só assim se conseguirá agilizar o crescimento nacional, em todos os seus segmentos.

Indiscutivelmente, o momento não poderia ser melhor para a veiculação da obra, visto que o Brasil está na encruzilhada, entre país “potência” e “emergente”; vale dizer, entre ingressar definitivamente no rol das nações que decidem o destino do mundo, ou ficar entre aquelas que apenas aguardam o impacto das decisões maiores.

É por essa razão que prevejo para esta obra brilhante carreira editorial, mormente levando-se em consideração que a reflexão acadêmica e universitária é aquela que fará a diferença no futuro próximo. A contribuição de Paulo Nathanael objetiva oferecer alternativas na busca de caminhos para que esse processo seja acelerado, pelo prisma de um correto diagnóstico dos problemas e virtualidades da educação, corrigindo-se os erros passados para conseguirmos um saldo positivo de acertos no porvir.

Cumprimento o autor, cujo currículo não divulgo, pois todos o conhecem, e que segue, como é de praxe nas publicações acadêmicas, em apêndice no presente livro.

Parabéns, meu caro Paulo, pela magnitude da obra com que brinda, mais uma vez, os seus leitores.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIB, UNIFIEO, UniFMU, do CIEE/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército – Eceme – e Superior de Guerra – ESG; Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa da Universidade de Craiova (Romênia) e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal); Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio – SP e da Câmara Arbitral da Fecomercio – SP; Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária do IICS – Instituto Internacional de Ciências Sociais; Membro das Academias Internacional de Cultura Portuguesa, Brasileira de Letras Jurídicas, Brasileira de Filosofia, Paulista de Educação e Paulista de Letras.

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

ESTA OBRA, COMO, ALIÁS, TODAS AS DEMAIS que publicamos ao longo de nossa vida de educador (centenas e centenas entre pareceres técnicos, aulas magnas, artigos e entrevistas, livros e libretos) tem por objetivo tentar identificar as principais interfaces da crise que avassala o setor educacional brasileiro, e sugerir mudanças que, pelo menos em parte, possam minimizar os efeitos perversos que ela acarreta ao futuro das novas gerações. Sabe-se que o País, dadas as transformações profundas que vêm atingindo suas estruturas socioeconômicas, a partir da segunda metade do século XX, acabou por assumir irreversível compromisso com o desenvolvimento, com vistas a aproximar-se do fechado e seletivo clube do primeiro-mundismo. Não há como reverter esse destino. E, nesse processo, como todos sabem, a educação do povo, como um todo, faz-se indispensável. Não aquela educação que apenas diploma os alunos na conclusão dos cursos formais do sistema de ensino, mas a verdadeira, que realmente insere as novas gerações

no universo do conhecimento e torna apto até mesmo o mais humilde dos habitantes a participar conscientemente das práticas cidadãs e do processo econômico da nação. É exatamente essa qualidade, hoje denominada pertinência, que vem faltando à educação brasileira, em todos os seus graus e modalidades, o que acarreta um desastroso atraso nas pretensões do País de ombrear-se o mais rápido possível com as nações líderes do mundo contemporâneo.

As críticas e comentários desenvolvidos nas três partes de que se compõe o livro (*Diagnósticos, Pontualidades e Temas Atuais de Educação e Gestão*) nada têm de pessimistas e negativas, antes se inspiram no axioma segundo o qual, para resolver os problemas deste ou daquele setor, é preciso antes conhecê-los, especialmente nos seus aspectos mais doentios e menos aceitáveis. Outrossim, nunca estive nas intenções do autor oferecer receitas curativas, que façam o milagre de metamorfosear essa patológica crise num seio de Abraão. Até porque a luz – e por conseguinte a solução – sempre nasce da ampla e minuciosa discussão do problema.

Ninguém neste mundo será capaz de, individualmente, oferecer o milagroso remédio para a cura dos males que ora incidem sobre os nossos sistemas de ensino. Nem mesmo Aristóteles, que tudo sabia dos saberes do seu tempo, seria capaz dessa façanha – pois, dada a velocidade e o volume dos conhecimentos que se acumulam no acervo cultural da modernidade, faz-se impossível o aparecimento, hoje, de novos “aristóteles”.

O nosso intuito ao escrever estas reflexões e indicar este ou aquele caminho capaz de minimizar a gravidade da crise que, desde muito, vem inutilizando os esforços de professores para ensinar e de alunos para aprender, foi apenas o de contribuir para a discussão, que se vem alargando ultimamente e, felizmente, nos arraiais da escolaridade

brasileira. E contribuir de alguma forma para que se abandone esse vezo, tão arraigado no comportamento de nossas autoridades educacionais, de tentar justificar os fracassos com desculpas esfarrapadas, obrigando-as a assumir a realidade do que vem acontecendo, em nome de dois valores, que se sobrepõem aos demais: de um lado, o respeito devido ao direito de crianças e jovens de receberem uma educação de qualidade e, de outro, a ajuda devida ao Brasil na busca do sonho possível de chegar ao primeiro mundo. Boa leitura!

PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA

PARTE I

O processo da alfabetização entrou em decadência e o ensino fundamental foi acumulando insuficiências e distorções, que se reproduzem, com gravames acentuados, nos graus posteriores de escolaridade.

A CRISE: GENERALIDADES

A CRISE QUE ENVOLVE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA é parte de outra, muito maior, que se manifesta em todo o mundo, seja nos países desenvolvidos, seja nos emergentes. A era da informação, que tem revolucionado o modo de ser individual e coletivo, a natureza dos negócios, a organização social, o poder político e a própria cultura – com profundos reflexos na arte e na ciência da educação – exige uma nova postura de cada ser humano perante si mesmo e perante os desafios criados pela velocidade dessas mudanças.

A herança cultural da humanidade, que constituiu até aqui a matéria-prima da educação tradicional praticada pelas escolas de todos os tipos, modalidades e graus de ensino envelhece com incrível rapidez. Já não consegue sozinha explicar nem as indagações filosóficas do nosso tempo, nem quais atitudes e saberes são exigidos por um futuro cada vez mais presente. Vai ela, pouco a pouco, convertendo-se em conhecimentos de tipo museológico.

Se isso é um bem ou um mal, um ganho ou uma perda, algo a aplaudir ou lamentar, só o tempo vai dizer. O que resta a educadores, intelectuais, empresários e líderes de todo jaez é constatar essa realidade que nos rodeia e que, de nós todos, cobra novos compromissos para tentar compreendê-la, dominá-la e utilizá-la no benefício global. O mundo de ontem, tomado como modelo único, como vem sendo feito, terá pouca validade para os que deverão viver amanhã.

No Brasil, essa crise ganha gravidade crescente, dadas as carências que o País apresenta nesse seu arranque para o desenvolvimento. O grande caminho para se chegar aos novos padrões de convívio entre a inteligência humana e a busca das novas verdades desse “admirável mundo novo” (para usar a expressão cunhada pelo escritor inglês Aldous Huxley) passa necessariamente pela educação. Não pela educação tecnoburocrática, organizada pela visão conservadora e controladora de educadores e administradores de plantão, a qual se referencia sempre mais pelo passado do que pelo presente, e se projeta inevitavelmente na organização de um sistema de ensino cada vez mais esclerosado e “diariorializado”. Mas, sim, pela educação voltada para as novas necessidades, para os novos saberes, para as novas tecnologias da comunicação, em que a liberdade e a criatividade de alunos e professores devem conduzir o processo de aprendizagem, em contraste com o pedagogismo de regras rígidas e quase sempre inúteis, fixadas pelos órgãos do sistema e operadas por professores, não raro mal formados em faculdades que não inovam.

Afinal, como continuar a estruturar cursos com conteúdos que dia a dia se tornam obsoletos e perdem a conexão com a avalanche de outros saberes, advindos de todos os quadrantes da Terra, a cada hora que passa? Cada centro de educação, daqui para o futuro, deverá transitar das aulas do *magister dixit* para ambientes de discussão, pesquisa,

consonâncias e dissonâncias, em que a internet e as bibliotecas se associarão, no apoio à construção do saber, e os professores atuarão como verdadeiros maestros de orquestra, inspirando, coordenando, articulando, assessorando e avaliando o produto final do ambicionado conhecimento, sempre conectado em tempo real com as antenas do mundo de amanhã. Trata-se de reviver uma espécie de maiêutica socrática, em que as dúvidas e indagações prevalecem sobre as certezas. Ressucitar um “Sócrates modelo século XXI” e construir um tipo de autodidaxia, como pensa o oxfordiano Sir George Pickering: “O ensino formal deve fazer de cada aluno um autodidata para a vida toda”.¹

Que transformações sofrerão as escolas em sua arquitetura, seu equipamento e seu *layout*? Que revoluções se terão que fazer na formação e na permanente atualização do professorado? Quanta autonomia deverá presidir a vida das universidades? Mas como isso já se vai tornando tema para outra análise, voltemos ao que diz respeito ao nosso tema e, à luz dessas e outras referências, examinemos um pouco o estado da arte do ensino no Brasil contemporâneo, notadamente do ensino básico.



Desde uns trinta anos a esta parte, vimos proclamando em nossos escritos que o Brasil sempre soube educar suas elites, sem que tenha aprendido a educar o povo.² Infelizmente, o tempo passou e os acontecimentos só fizeram nos dar razão, porque, em pleno século XXI, o País continua mal-educado e, o que é curioso, até mesmo as elites que, com a explosão demográfica, cresceram e se diversificaram

1 George Pickering. *O Desafio à Educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

2 Paulo Nathanael Pereira de Souza. *Desafios Educacionais Brasileiros*. São Paulo: Pioneira, 1979.

intensamente, não mais conseguem concluir sua escolaridade com uma formação adequada aos reclamos do momento.

É bem verdade que as oportunidades educacionais aumentaram substancialmente nos três graus de ensino, de cinquenta anos para cá. Todos reconhecem, no entanto, que a qualidade e a pertinência da escolaridade decaíram visivelmente na razão inversa desse crescimento. O processo de inchaço que permeou o sistema, em vez de democratizá-lo e torná-lo eficiente, como seria desejável, ao contrário, adoeceu-o e massificou-o, tirando-lhe o pouco de eficácia que teve um dia, quando a população escolar apresentava certa dose de homogeneidade e elitização e, por isso mesmo, aproveitava melhor os estudos.

O processo da alfabetização entrou em decadência e o ensino fundamental foi acumulando insuficiências e distorções, que se reproduzem, com gravames acentuados, nos graus posteriores de escolaridade. Os alunos, que passaram a constituir uma massa heterogênea e destituída quase sempre da maturidade exigida para uma eficiente aprendizagem, têm saído desse primeiro nível de desenvolvimento intelectual mal sabendo ler, escrever e contar. Tal despreparo os transforma, no máximo, de analfabetos puros em analfabetos funcionais e, como tais, mostram-se incapazes de um rendimento sofrível na continuidade de estudos, quer no ensino médio, quer no técnico, quer no superior.

Excetuadas as pequenas minorias, que por razões muito especiais de estímulos familiares e saúde intelectual têm conseguido salvar-se desse naufrágio coletivo, a grande maioria acaba sendo vitimada pelo processo geral de degenerescência do sistema. Instalou-se nas salas de aula o predomínio da “lei dos comboios”, segundo a qual a velocidade da unidade mais lenta determina a velocidade do conjunto. E o fenômeno educativo, que só se justifica pela conquista de patamares

sucessivamente mais elevados de desempenho, cedeu lugar ao descenso cada vez mais acentuado de níveis, por força da necessidade minimalista de obrigar os melhores a se nivelarem aos piores.



Isso ocorre justamente no momento em que o saber passou a ser o pré-requisito do poder, ou seja, a causa maior da *powershift* na era da informação. Assistimos, pois, ao triste espetáculo de gerações que partem para a competição com vistas ao sucesso, inteiramente desinstrumentalizadas para a guerra em que se converteu a luta hodierna pela sobrevivência. A escola brasileira está longe da sua primeira missão, que é a de capacitar pessoas para o desenvolvimento, seja ele individual ou nacional. Faltam-lhe modernidade e funcionalidade, que a Unesco, órgão da ONU para a educação e a cultura, passou a chamar de *pertinência*. A educação brasileira carece de pertinência.

Iniciemos, pois, num sobrevoo panorâmico, a breve abordagem de algumas impertinências, presentes em cada grau de ensino, para melhorar o entendimento do quadro crítico. Focalizemos primeiro o ensino fundamental, que, até 1971, se denominava primário e ginásial e que, a partir daí, foi rebatizado como ensino de 1º grau, até chegar à denominação atual, que lhe foi dada pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação (Lei nº 9.394/96), com raízes na Constituição em vigor.

Pela Constituição de 1988, o ensino fundamental deve ser universal e obrigatório. Isso porque, para a maior parte da população ele será o único contato possível com a educação formal ao longo de toda a vida. Daí poder-se dizer que cada país será o que for a sua educação fundamental, tanto no que diz respeito à prática da cidadania quanto no que se refere à capacitação para o trabalho. A qualidade de vida

das pessoas vincula-se estreitamente às aprendizagens obtidas nesse 1º degrau de escolaridade.

Não basta, entretanto, que os formados exibam um certificado de conclusão de curso, pois o diploma é um atestado formal e não a garantia de qualificação intelectual. Para ter valor efetivo, é preciso que esse diploma tenha atrás de si uma sólida bagagem de saberes. Primeiro, ele precisa garantir o domínio efetivo, pelo portador, dos instrumentos básicos da atividade cultural: leitura, escrita e cálculo. Em segundo lugar, deve significar a consciência madura e a ampla compreensão do significado do meio social, nacional, regional e local em que vive cada educando.

Finalmente, dada a mudança veloz da realidade promovida pela atual hegemonia da ciência e da tecnologia, os novos deuses que regem o destino do homem e o obrigam a atualizar-se permanentemente pela via da educação continuada terão que dotar todos os que estudam da capacidade de autodidaxia, isto é, de aprender e reaprender por conta própria, para que não se percam nos descaminhos da desatualização.

Para tanto, não basta, como antigamente, que apenas se aprenda mecanicamente a ler, contar e escrever. É preciso inserir a aprendizagem no contexto social, político e cultural de cada aluno, com vistas a aprimorar seu senso crítico e a amadurecer sua livre capacidade de escolha e de tomada de decisão em todos os momentos de vivência de sua cidadania.

Alfabetizar é mais do que conhecer o alfabeto, porque envolve um permanente exercício de ampla culturalização através da aquisição de um saber mínimo indispensável, como exigência básica da contemporaneidade. As nossas escolas elementares estão preparadas para isso? Estão os nossos professores capacitados para tanto? Porque,

se não estiverem, todo o esforço de universalização do ensino fundamental poderá ser mais ilusório do que efetivo nos seus resultados.

O que se tem visto quase sempre é uma preocupação dos especialistas em seguir parâmetros de modismos pedagógicos pouco aplicáveis à nossa realidade social. No entanto, o principal problema reside no fato de que, dada a heterogeneidade do público-alvo da alfabetização, uma mistura de crianças com maturidade para a aprendizagem (porque trazem de casa um rico currículo familiar) com outras (sem essa condicionante do aproveitamento educativo – certamente a maioria), acaba não havendo didáticas especiais para grupos diferenciados, e serve-se o mesmo cardápio pedagógico para preparados e despreparados, maduros e imaturos.



Em vez de tratar desigualmente os desiguais, trata-se todo mundo de forma igual, o que tem redundado em reprovações em massa e taxas escandalosas de evasão, que só fazem engrossar as estatísticas do analfabetismo funcional do País. Para agravar a situação, adotou-se em alguns sistemas de ensino, dentro de um mal compreendido construtivismo, a progressão automática – pela qual nem se ensina, nem se avalia o que se não ensina, de tal modo que se deixa ao arbítrio da natureza de cada aluno interiorizar ou não o que se deveria aprender metodologicamente nesse grau de escolaridade. Não é por acaso que, recentemente, mães têm entrado com ações na Justiça para que seus filhos sejam reprovados na última série das escolas públicas, visto que estariam ameaçados de ser analfabetos diplomados, que nada sabem.

Essas barbaridades contam com as bênçãos de governos equivocados, que querem, de um lado, apresentar relatórios internacionais com estatísticas favoráveis ao sucesso escolar, e, de outro, fazer jus talvez a

melhores dotações financeiras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Fundeb). Para quem lê os resultados das mais recentes avaliações da aprendizagem em português e matemática, segundo os quais 22,21% e 12,53% respectivamente dos alunos concluem a quarta ou quinta série do ensino fundamental sem saber minimamente ler, escrever ou calcular, Sheakespeare continua a ter razão: “Há algo de podre no reino da Dinamarca!”.

Com isso, a fábrica de analfabetos no Brasil continua a funcionar a todo vapor. Os milhões deles, sem contar os funcionais, que hoje vergonhosamente o País exhibe para o mundo, saltarão para muitos outros milhões se não houver vontade política para superar eficazmente as carências que infernizam os sistemas de ensino brasileiros.



Quanto ao ensino médio, sempre viveu meio que enjeitado no sistema escolar. Primeiro, porque foi o último a nascer formalmente, no Brasil, o que só aconteceria na segunda metade do século XIX, com o funcionamento do modelar Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Depois, porque andou muito tempo de ceca em meca, sem conseguir criar um perfil adequado a seus fins, pois surgiu como grau propedêutico para a elite endereçada ao ensino superior e passou, em 1971, pela estreito desfiladeiro da Lei nº 5.692, que o converteu num monstro pedagógico, ao tentar concebê-lo como um curso de profissionalização técnica obrigatória para a juventude, sem a prévia e necessária aquisição de conhecimentos gerais.

Apesar da expansão explosiva do ensino primário ocorrida nos anos 1950, que provocaria naturalmente um fluxo maior de alunos para o ensino de 2º grau ou médio, não houve cuidados com ele nos planos educacionais que se seguiram. E faltaram vagas, o que

fez com que a crise, nesse segmento do sistema, juntasse duas carências essenciais: a de qualidade e a de quantidade. Coisa que continua a ocorrer.

Em termos conceituais, o assunto só ficou mais bem resolvido com o advento da LDB, em 1996, que nos seus Arts. 35 e 36 concedeu autenticidade ao ensino médio, ao dar-lhe como fins:

- 1 a consolidação e o aprofundamento de estudos do ensino elementar;
- 2 a preparação integrada para o trabalho e a cidadania;
- 3 a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do jovem;
- 4 a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Na prática, porém, o ensino médio resente-se de apoio mais rigoroso dos órgãos superiores do ensino, pois ainda é preciso mais que apenas dobrar as vagas para abrigar todos os egressos do ensino fundamental, além de dar eficácia curricular e programática aos fins acima descritos, que são adequados, mas sozinhos e sem aplicação pertinente, perderão inteiramente a sua significação.

Também nesse grau médio, as avaliações periódicas têm constatado, entre os alunos, mais a presença de ignorâncias do que de saberes, notadamente nas disciplinas científicas, dada a notória carência de professores qualificados de matemática, física, química e biologia, os quais, quando existem, eximem-se da docência, dada a

precariedade salarial desse segmento profissional, e migram para setores mais atraentes do mercado.



Também não há muita certeza de acerto quanto à solução adotada pelos dirigentes do sistema nos anos 1990, ao separar inteiramente o ensino médio, de fundo humanístico e científico, do ensino técnico, de objetivos profissionalizantes. Isso não só ressuscitou a velha dicotomia do ensino humanístico *versus* ensino profissional – ou seja, um ensino para nossos filhos e outro para os filhos dos outros – como também retardou muito a entrada dos jovens no mundo do trabalho, pois o ensino geral de três anos passou a ser pré-requisito do técnico que dura outros três anos.

Além disso, o jovem é colocado numa encruzilhada: de posse do diploma de ensino médio, ele poderá optar entre o técnico, com formação de escolaridade básica, ou ir diretamente ao superior. Claro que o ensino superior passa a ser mais atraente.

Há que dar, pois, razão integral àqueles que andam vendendo a ideia de uma *quarta série optativa*, ao cabo da conclusão do ensino médio: ou para aprofundamento de estudos gerais, com vistas a vestibulares, ou para a iniciação profissional. Parece ser uma solução mais próxima ao espírito do Art. nº 35 da LDB e mais adequada às condições socioeconômicas do Brasil.



Quanto ao ensino superior, grande parte dos problemas que o afetam tem raízes nas deficiências trazidas pelos alunos dos graus anteriores de escolaridade: alunos que não leem, nem escrevem com compreensão e clareza. Alunos que não conseguem aprender matemática e

lógica, pré-requisitos básicos para o indispensável domínio da linguagem digital. Alunos que não se comunicam, por insuficiência vocabular e gramatical. Alunos que têm dificuldade de compreender o mundo físico e social em que vivem. Alunos que estão intelectualmente alijados do pensamento codificado de nível científico, que constitui a semântica própria de uma educação universitária.

Esse é o lamentável quadro com que se convive, atualmente, nas salas de aula dos cursos superiores de graduação, e até – por que não dizê-lo? – da pós-graduação.

Tudo porque, devido ao processo de massificação do acesso à universidade, ocorrida a partir da reforma desse grau de ensino em 1965, que ensinou a *quantificação, mas não a qualificação do processo*, a heterogeneidade cultural dos alunos adentrou as escolas superiores, dando ensejo à aplicação, também ali, da já referida “lei dos comboios”.

Mesmo sabendo que aprendizes menos velozes não seriam capazes de acompanhar as exigências naturais dos cursos, resolveu-se obrigar todo mundo a defrontar-se com exigências antes destinadas apenas às minorias mais bem dotadas, em vez de diversificar o sistema e oferecer programas e cursos suportados por currículos, durações e didáticas alternativas e adequadas aos vários níveis de preparo dos candidatos – como se faz nos países mais desenvolvidos, a fim de não privar ninguém de oportunidades para cursar a educação superior.

Como não poderia deixar de ser, o desastre foi se generalizando. Os bons alunos ficaram privados de estímulos para progredir intelectualmente. Os maus passaram a ser promovidos sem nada aprender. O ensino integrado à pesquisa e à extensão não chegou a ser praticado adequadamente, para dar lugar a essa comédia, em que *professores fingem que ensinam e alunos fingem que aprendem*. Os docentes, mal pagos e desestimulados, expõem as feridas abertas de seu fraco

desempenho. Os centros de excelência, quase sempre localizados na rede pública, entram em lastimável decadência, dado o nível intelectual precário dos alunos, advindos da explosão sem qualidade do ensino privado, cujo crescimento não foi acompanhado nem da consciência da missão educativa da maioria de seus mantenedores, nem da melhoria mínima a ser exigida dos seus cursos (exceção feita, é claro, a alguns casos pontuais); dessa forma, a crise só fez ampliar-se.

Quanto à política educacional, ela tem se preocupado, de preferência, com um sistema quantitativo de avaliação, antes de oferecer ajuda às escolas para a criação da qualidade de ensino. As novas faculdades se multiplicam, não propriamente com o objetivo de harmonizar seus propósitos com as modernas exigências do Brasil e do mundo, mas principalmente para engrossar estatísticas de oferta de vagas nesse grau de ensino, numa sucessão de distorções que vem pondo os educadores mais responsáveis de cabelo em pé.

No fundo, no fundo, uma das razões da permanência e do agravamento progressivo desse estado de coisas deve-se às próprias origens do ensino superior no Brasil. Nasceu ele pelas mãos do príncipe D. João em 1808, com três características que se cristalizaram no tempo: o curso isolado, o objetivo profissionalizante e a clientela elitizada. Em vez de implantar desde logo um modelo universitário, à semelhança da Universidade de Coimbra, em Portugal, D. João preferiu optar pelo *pior* modelo, a fim de atender ao apelo dos fidalgos da Bahia e do Rio de Janeiro, cujos filhos, por força do bloqueio marítimo da Europa, implantado por Napoleão, estavam impedidos de virar doutores.

O primeiro curso seria logo o de Medicina, o mais complexo de todos. De um lado, porque a saúde dos brasileiros era lastimável, com a falta de higiene reinante e as febres terças que grassavam na Colônia; de outro, talvez, porque sobejassem na vassalagem da família

real os médicos para tratar da rainha Maria I, a Louca, dos quais muitos se tornariam docentes do curso criado. Quanto aos alunos, estavam mais interessados em reafirmar seu *status* socioeconômico com um título acadêmico do que aprender algo que os tornasse profissionalmente atuantes e competentes. A receita joanina atravessou séculos e presidiu, como ainda hoje preside, a expansão e a diversificação dos cursos superiores.



A universidade, de longe o complexo científico-cultural mais apropriado à formação superior de cerebrações e talentos, tem vida recetífssima no Brasil, pois nem ainda completou um século. Além disso, nasceu um tanto quanto anedoticamente, pois sua gestação não seguiu o caminho natural da acumulação dos feitos científicos e dos avanços filosóficos, literários e da pesquisa básica, mas surgiu já pronta, como Minerva da cabeça da Júpiter, no Rio de Janeiro dos anos 1920 do século passado, ao que consta, para homenagear o rei Alberto da Bélgica, com o título de *doutor honoris causa*. Se não houvesse universidade, não haveria título, daí a se juntarem emergencialmente vários cursos isolados da capital da República num feixe amarrado com as melhores intenções e, por ato legal, para erigir-se a universidade, cuja única integração deveria fazer-se, na cúpula, por intermédio de um reitor.

Assim como o ensino superior no Brasil nasceu antes do básico para atender à elite em desfavor do povo, também os institutos isolados nasceriam antes da universidade, e, passados tantos anos do surgimento desta, continuariam a impor entre nós os seus critérios de organização e funcionamento a toda a rede de ensino superior.

Com as raras exceções de praxe, o modelo universitário praticado no Brasil traz de suas origens os pecados dos *cursos atomizados*,

que ainda hoje, em regra, são somados mecanicamente entre si para possibilitar a mudança institucional das escolas superiores, de isoladas em universidades. A principal consequência dessa metamorfose é a eterna incapacidade da universidade brasileira para a prática de sua autonomia assegurada pela Constituição, nos aspectos acadêmico, administrativo, disciplinar e financeiro, mas nunca efetivada na prática. E, como ensinar a liberdade de pensar, criar, pesquisar, agir e empreender, que está na raiz da missão da universidade, sem que ela mesma exerça, em sua plenitude, a autonomia que a lei lhe assegura? Eis aí uma pergunta, cuja resposta todos gostariam de saber.



Cabem aqui duas questões interessantes:

- 1 Haverá solução possível para as insuficiências e as impropriedades que afetam o ensino brasileiro nos seus diversos graus de organização e funcionamento?
- 2 Existirá alguém que possa oferecer soluções ideais para a crise educacional que perturba o País?

A resposta à primeira pergunta é *sim*, porque soluções sempre existem. Basta que na sociedade e no governo se aguice a consciência do querer e do dever fazer. Caso os recursos necessários para tanto, face ao gigantismo da tarefa, se mostrem insuficientes, que se elejam prioridades, e nelas se concentrem os esforços conjugados dos órgãos públicos e das organizações comunitárias. A responsabilidade é de todos e por todos deve ser assumida.

Quanto à segunda questão, a resposta é *não*, pois as soluções para uma crise dessa dimensão não dependem de fórmulas engenhosas, nascidas de um ou outro cérebro individual, por mais brilhante que possa ser. A Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação contêm insumos preciosos para encaminhar algumas soluções. Mas é indispensável que esses textos sejam debatidos, escolhidos e aplicados em amplos fóruns permanentes, que reúnam especialistas de formação diversificada e notória experiência, capazes de saber como entrosá-los com as necessidades atuais do País. Haveria que convocar para um colegiado deste tipo: trabalhadores, pais, sacerdotes, empresários, pensadores, educadores, todos, enfim, que formam com suas opiniões e seu saber a consciência nacional, e cujas aspirações de futuro coincidem com os ventos da modernidade que já sopram intensamente no país.³

Fica cada dia mais evidente que os problemas da educação não se resolvem só com uma proposta unilateral de um especialista. É mister ampliar seu espaço de discussões e sugestões para uma pluralidade maior de partícipes de variadas óticas, que busquem gerar decisões mais amplas e consentâneas com o interesse geral da sociedade, tendo em vista a busca da já citada pertinência.

O fórum de que se fala nestes comentários terá que ser composto por especialistas experimentados em educação e mais as lideranças de setores conexos, que possam opinar sobre rumos e soluções a ser considerados para o setor. Isso porque já não conseguem os *policymakers* de um só governo e de um só assunto dar conta do recado nas soluções parciais e pontuais que sugerem para a superação

3 É preciso não confundir um fórum desses, que tenha o peso da sabedoria e da *expertise* de seus participantes, com convescotes ideológicos de plenários turbulentos e confusos, que levam o nome de fóruns.

da crise. Tudo porque a reorganização dos sistemas de ensino no Brasil, dada a gravidade da crise, deve depender de uma política de Estado, que ultrapasse mandatos eleitorais, e não de governos de curto prazo que sofrem influências contraditórias. Sem falar na incompetência dos aparelhamentos partidários, alimentados pela ideologia e pelo compadrio.



No mundo contemporâneo não há mais lugar para os despreparados intelectualmente. Vivemos nova era do conhecimento, em que a informação passou a ser a ferramenta básica da sobrevivência dos indivíduos e das nações. A *powershift* – mudança do poder –, como diagnostica Alvin Toffler, o moderno guru da cultura tecnologicizada, conduz hoje, em toda parte, as novas relações econômicas, sociopolíticas e culturais. *Um mundo só*, de autoria de Wendell Willkie⁴, há mais de meio século, acabou se convertendo no mundo mínimo, que, pela ação de computadores e satélites de comunicação se integra, em tempo real, através das informações que circulam pelo espaço na forma de *bytes*, zumbidos e telas luminescentes. Daí a inevitável globalização dos procedimentos econômicos e culturais, que afetam a organização política e social dos povos, além de destruir ou, pelo menos, tornar obsoletos procedimentos seculares e crenças tidas como inabaláveis.

Abundam nas livrarias obras que buscam entender e testemunhar o que vem acontecendo, e sua titulação insiste na palavra *fim*, como se realmente toda uma era estivesse chegando a seu ocaso: fim do emprego, fim dos impérios, fim das verdades absolutas, fim da

4 Wendell Willkie. *One World*. New York: Simon & Schuster, 1943.

História, fim das riquezas tangíveis, fim da moeda-papel ou metálica, e predomínio da escritural, fim das soberanias nacionais na ordem política, e assim por diante. Estamos vivendo muitos *fins* e isso nos traz insegurança e temor. A saída está no conhecimento e na sua correta aplicação para a solução dos nossos problemas.

Adquirir saber e ter capacidade para praticá-lo no dia a dia passa a ser o desafio do nosso tempo. Não se trata de uma questão quantitativa como a de ensacar conhecimentos nos cérebros, até porque isso seria não só impossível como também inútil. Afinal, com o velocíssimo desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido a partir do fim da Segunda Guerra Mundial do século XX, não há mais cérebro humano capaz de conter esse crescente armazenamento de sabedoria global. Se Aristóteles sabia tudo o que se codificou filosófica e cientificamente, naqueles remotos anos antes de Cristo em que viveu, não há, hoje, possibilidade de existirem novos “aristóteles”.

A questão do acúmulo de saber por pessoa é qualitativa, passa por uma seleção de necessidade e conveniência, ficando o quantitativo armazenado, codificado e classificado nas bibliotecas e, sobretudo, nos computadores. Não é por acaso que o ser humano veio a dispor do recurso da digitalização, cuja ilimitada capacidade de estocagem a transforma em inesgotáveis depósitos universais do conhecimento acumulado. Se esse conhecimento levava séculos para dobrar de volume, hoje demanda apenas meses para acontecer. Não há, pois, como pretender que a inteligência humana absorva a incalculável massa desse saber em permanente processo de multiplicação.

Há, sim, que educar o intelecto de cada indivíduo para, competentemente, ensiná-lo a apossar-se do saber capaz de ampará-lo na luta pela vida e de estimulá-lo na progressividade do seu sucesso. É essa seletividade intelectual que vai caracterizar o homem educado



FOTO: D.R.C. COMERCIO FOTOGRAFICO LTDA

Qual a questão essencial da sociedade do conhecimento? – Uma educação sólida, de alta qualidade – dirá Paulo Nathanael Pereira de Souza, um dos maiores especialistas brasileiros no tema.

Em *Caminhos e Descaminhos da Educação Brasileira*, o autor tem por objetivo identificar as principais interfaces da crise, que afeta, de maneira avassaladora, o setor educacional brasileiro nos últimos trinta anos. Não só as identifica como sugere mudanças de rota para minimizar os efeitos perversos dessa crise tanto para as gerações atuais como para o patrimônio escolar e cultural das vindouras.

Em três partes, a obra traça, de início, diagnósticos da crise a partir de modelos obsoletos de educação (popular ou elitizada), além de fornecer uma útil análise de países bem-sucedidos na educação de seu povo. A seguir, o leitor é brindado com artigos e excertos de várias épocas, que, ora reunidos, oferecem um claro histórico da luta do autor pela educação brasileira. Na terceira parte, Paulo Nathanael esclarece e sintetiza questões bastante atuais de educação e gestão, como estágios, Educação a Distância (EAD) e universidades corporativas.

PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA (Paulínia, SP, 1929) é uma das maiores autoridades em Educação do país, economista e doutor em Educação, desenvolveu brilhante carreira docente e administrativa no Estado e na Federação. Atua vigorosamente em prol da educação de sólida qualidade. Autor de vários livros e ensaios, é hoje membro das Academias: Brasileira de Educação e Filosofia, Paulista de História, Cristã de Letras, Paulista de Letras e Paulista de Educação, da qual é Presidente.

Suas obras publicadas pela INTEGRARE EDITORA são: *Educação, Estágio & Trabalho* (em coautoria com Amaldo Niskier); *Educação e Desenvolvimento no Brasil* e este *Caminhos e Descaminhos da Educação Brasileira*.

AO ADQUIRIR
ESTA OBRA
VOCÊ APOIA:

O NACE surgiu no final de 2004 e reuniu pessoas movidas pelo anseio de ajudar os menos favorecidos, amparando crianças e idosos. O grupo vem construindo sua história e aumentando a corrente de amor e cuidados para uma vida melhor a todos.



SONIA SANTILI

Presidente do Núcleo de Ações Comunitárias Especiais (NACE)

do século XXI, ajudá-lo a navegar no mar de mudanças, que o cercará pela vida toda, e instrumentá-lo para a intensa competitividade a que estará sujeito daqui para a frente. E, por consequência, fundamentar novas pedagogias para os sistemas educativos.

Aqui, tocamos no próprio fulcro da crise que, desde sempre, vem acometendo a educação brasileira, colocando-a entre as menos eficazes do mundo contemporâneo.

